

**CONSULTORIA
LEGISLATIVA**

CUSTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES

Eduardo Granzotto
Consultor Legislativo da Área XVII
Segurança Pública e Defesa Nacional

ESTUDO TÉCNICO

ABRIL DE 2018

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2018 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. O CUSTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: ABORDAGEM METODOLÓGICA DO “CUSTO DO CRIME” E DO “CUSTO DA VIOLÊNCIA”. 4	
2. GASTOS PER CAPITA E GASTOS NOMINAIS COM SEGURANÇA PÚBLICA.....	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS.....	12

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar dados sobre o custo da segurança pública no Brasil e o seu comparativo com outros países no mundo. Três foram as fontes de pesquisa:

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública;

- Trabalho acadêmico publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o título “Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe”; e

- Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre investimentos governamentais.

1. O CUSTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: ABORDAGEM METODOLÓGICA DO “CUSTO DO CRIME” E DO “CUSTO DA VIOLÊNCIA”.

No ano de 2017, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), publicou obra intitulada “Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe”.

Em um primeiro momento, os autores Laura Jaitman e Philip Keefer (2017, p. 1) afirmaram que a América Latina e o Caribe (ALC) tiveram um grande progresso social e econômico na última década, considerando o período de 2004 a 2014. Vale, nesse contexto, citar parte da obra:

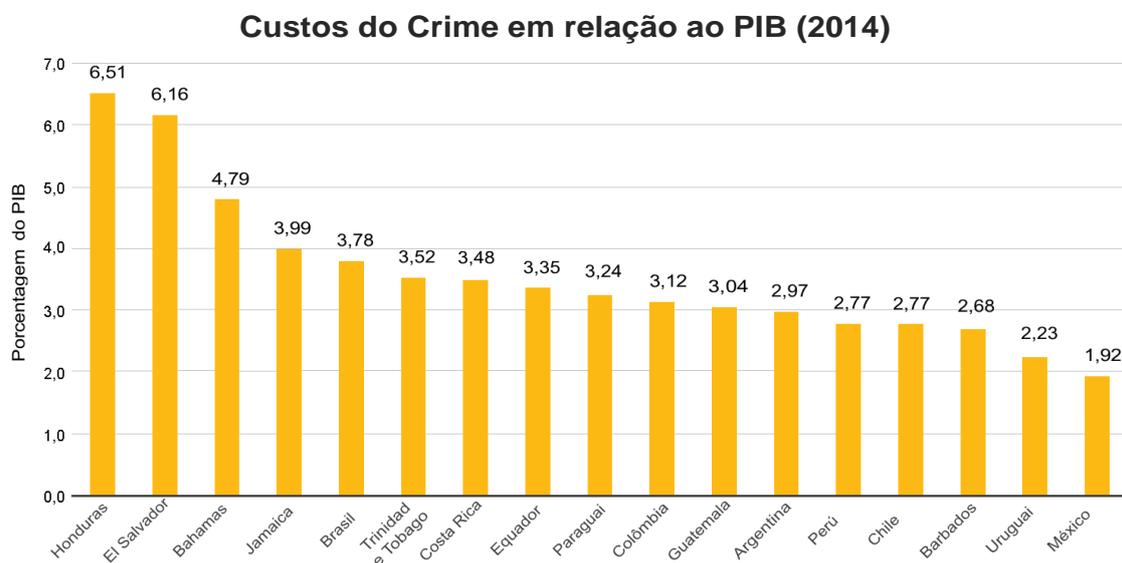
Entre 2004 e 2014, a maioria dos países na região apresentava taxas anuais de crescimento de quase 4%, as taxas de pobreza haviam caído e os cidadãos da ALC tinham se tornado mais saudáveis e alcançado níveis de educação mais altos. De fato, o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de diminuir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia foi alcançado na ALC em 2008, sete anos antes do previsto.

Ocorre, no entanto, que os níveis de criminalidade não seguiram o mesmo caminho de desenvolvimento. Pelo contrário, segundo Laura Jaitman e Philip Keefer (2017, p. 1), entre 2004 e 2014, os índices de criminalidade aumentaram na América Latina e Caribe, indicando que a região continua a ser

a mais violenta do planeta, respondendo por 33% dos homicídios do mundo, apesar de ter apenas 9% da população mundial.

A metodologia utilizada pelo BID para medir os “custos do crime” é bastante abrangente e leva em consideração três vetores (JAITMAN e TORRE, 2017, p. 22): a) **custos sociais do crime**: “que incluem os custos de vitimização em termos de perda de qualidade de vida devido a homicídios e outros crimes violentos e de renda não gerada da população encarcerada”; b) **custos incorridos pelo setor privado**: “que incluem as despesas de empresas e domicílios com prevenção do crime, especificamente gastos com serviços de segurança”; c) **custos incorridos pelo governo**: “que incluem despesas com o sistema judicial, serviços policiais e administração de prisões”.

Com base nesses vetores e utilizando dados de 2014, o gráfico abaixo demonstra os custos do crime em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de diferentes países da América Latina e Caribe. De acordo com essa metodologia, o custo do crime no Brasil é de 3,78% em relação ao PIB (2014):



Fonte: Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe (p. 29). Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O economista e técnico do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Daniel Cerqueira, apresentou estudo semelhante em artigo publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 (FBSP, 2017, p. 77).

Para Cerqueira, os gastos do governo e da sociedade com segurança pública são apenas uma parte do montante total. Segundo ele, “existem custos econômicos intangíveis, sobre os quais não há uma despesa específica, mas que contribuem para diminuir a qualidade de vida e o bem-estar da população” (CERQUEIRA, 2017, p. 76).

Assim, além de execução orçamentária destinada ao sistema de justiça criminal (Polícias, Ministério Público, Defensorias, Justiça e sistemas de execução penal e socioeducativo), outras despesas devem ser incluídas no cálculo como sistema de saúde para tratamento de vítimas, assistência e previdência social, seguros, segurança privada, custo econômico dos homicídios, aumento dos custos de logística, diminuição da receita com turismo, perda de investimentos etc. (CERQUEIRA, 2017, p. 76).

Verifica-se, portanto, que, com uma metodologia diferente daquela feita pelo BID, o técnico do Ipea apresenta o chamado “custo da violência no Brasil”, que corresponde a 5,9% do PIB (2016):

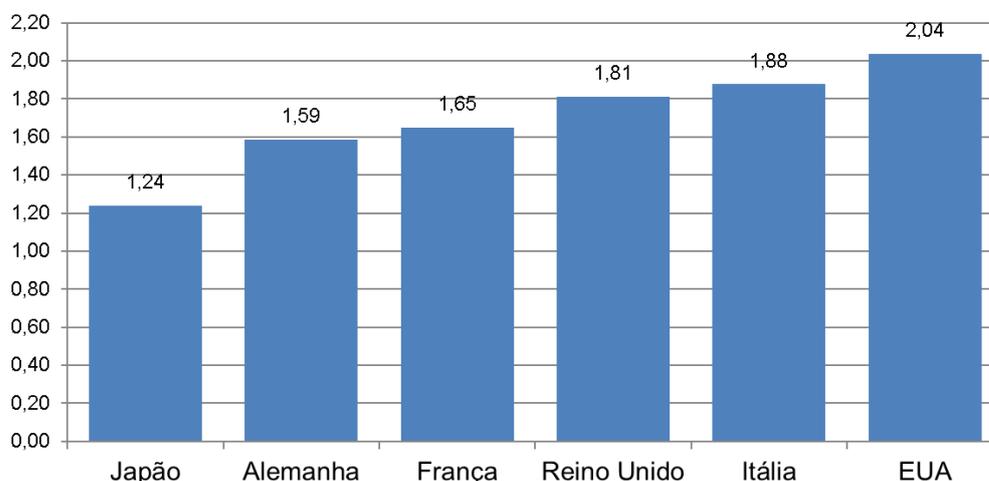
Custos da violência no Brasil em relação ao PIB

Componente	Ano de Cálculo	% do PIB	Bilhões de R\$ (PIB 2016)
Custos privados (I)		4,2%	261
Custos Intangíveis com Homicídios	2012	2,5%	157
Gastos com Segurança Privada e Seguros	2004	1,7%	105
Despesas públicas (II)		1,8%	111
Sistema de Saúde	2003	0,1%	9
Segurança Pública (polícia)	2015	1,4%	88
Sistema Prisional*	2013	0,2%	14
Custo da violência no Brasil (I+II)		5,9%	372

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 (p. 77)

Embora com uma abordagem totalmente diferente (visto que considera apenas os gastos governamentais com a rubrica de segurança pública) vale mencionar os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre os gastos de alguns países desenvolvidos na área, considerando o PIB de 2016:

Gastos de países desenvolvidos em segurança pública (em relação ao PIB - dados 2016)

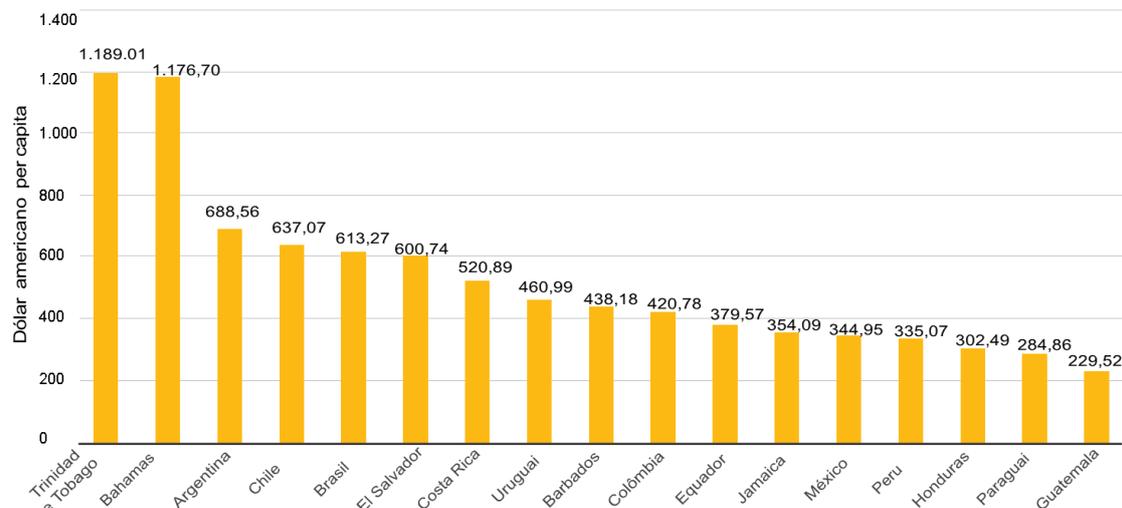


No próximo ponto, serão apresentados dados sobre gastos *per capita* e gastos nominais com segurança pública no Brasil e em outros países.

2. GASTOS PER CAPITA E GASTOS NOMINAIS COM SEGURANÇA PÚBLICA.

Ainda como base a metodologia do “custo do crime” (que considera os custos sociais, privados e governamentais), o BID apresentou um comparativo de gastos *per capita* (em dólares americanos e considerando a cotação de 2014) entre diversos países da América Latina e Caribe. O Brasil, nesta categoria, fica em 5º lugar, com gastos *per capita* na ordem de 613 dólares, ficando atrás de países como Trindad e Tobago, Bahamas, Argentina e Chile:

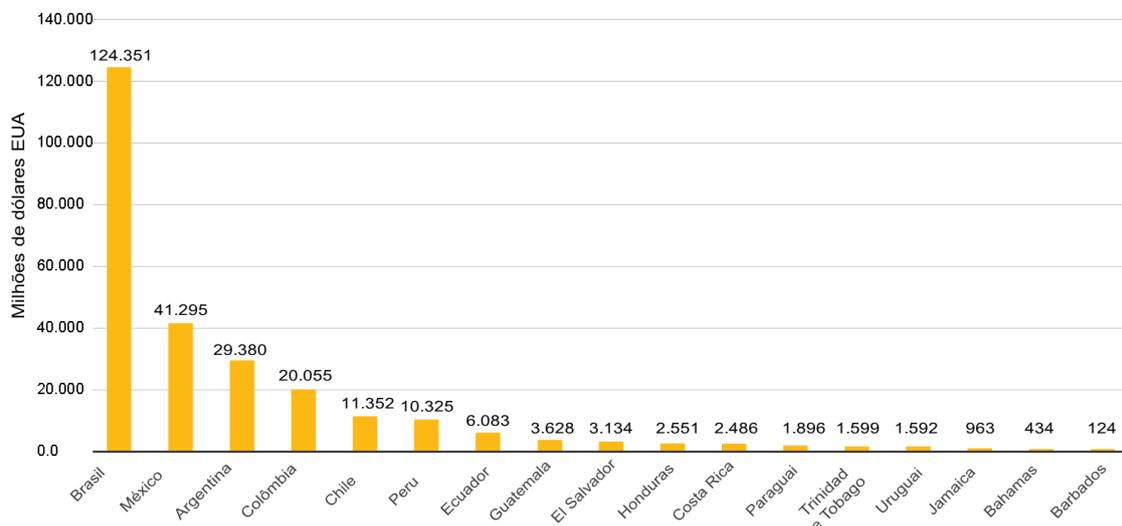
Custos do crime em dólares americanos per capita (2014)



Fonte: Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe (p. 30). Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em termos nominais, contudo, o Brasil passa para a primeira posição, com gastos superiores a 124 bilhões de dólares, muito à frente do segundo colocado, o México, com valores próximos a 41 bilhões de dólares.

Custos do crime em dólares americanos em termos nominais (2014)



Fonte: Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe (p. 30). Banco Interamericano de Desenvolvimento. Obs: há erro no gráfico original. Na lateral esquerda, onde está "Milhões de dólares EUA", leia-se "Bilhões de dólares EUA".

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 (FBSP, 2017, p. 68-69), com base em dados do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN, reconhece as despesas com segurança pública no Brasil sob a rubrica "Função Segurança Pública", a qual é dividida em subfunções tais como

policciamento, defesa civil Informação e inteligência e outras. Aqui, portanto, são consideradas apenas as despesas governamentais com segurança.

Nessa linha, o Anuário (FBSP, 2017, p. 68-69) especifica que o Brasil gastou pouco mais de 81 bilhões de reais em segurança pública no ano de 2016, o que representa um decréscimo em relação a 2015, quando foram investidos cerca de 83 bilhões de reais.

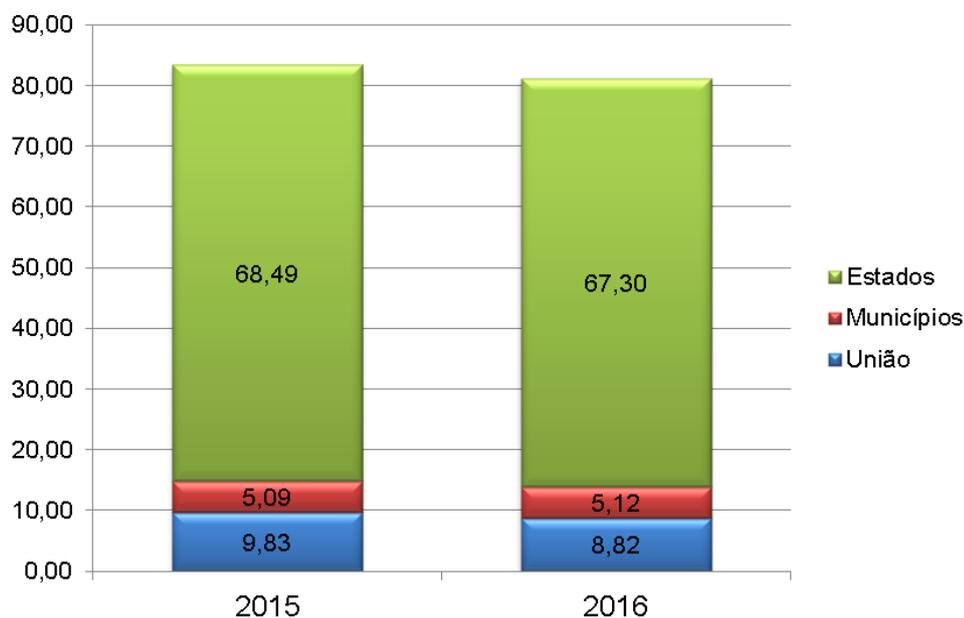
Despesas realizadas com a Função Segurança Pública 2015-2016

Em R\$ constantes de 2016

	2015	2016	Varição (%)
Total	83.405.835.299,80	81.238.345.301,14	-2,6
União	9.825.615.726,58	8.816.086.000,00	-10,3
Municípios	5.092.450.235,98	5.121.858.046,46	0,6
Estados	68.487.769.337,23	67.300.401.254,68	-1,7

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017.

Despesas realizadas com a Função Segurança Pública (2015-2016) - Em R\$ Bilhões constantes de 2016



Na mesma publicação (FBSP, 2017, p. 70), há dados sobre a despesa *per capita* com Segurança Pública no Brasil, sendo possível observar os gastos da União e das Unidades da Federação.

Despesa per capita realizada com Segurança Pública
 União e Unidades da Federação - 2015-2016

União e Unidades da Federação	Em reais constantes de 2016	
	2015	2016
Total	407,95	349,99
União	48,06	42,78
Acre	579,83	531,68
Alagoas	344,29	310,29
Amapá	660,35	529,21
Amazonas	375,41	349,28
Bahia	265,89	271,42
Ceará	221,30	212,63
Distrito Federal	251,49	237,62
Espírito Santo	344,62	329,63
Goiás	490,98	449,54
Maranhão	181,39	199,58
Mato Grosso	477,08	549,52
Mato Grosso do Sul	440,68	473,91
Minas Gerais	436,83	423,12
Pará	282,62	268,66
Paraíba	249,60	280,24
Paraná	320,69	339,18
Pernambuco	248,26	245,98
Piauí	77,60	218,12
Rio de Janeiro	570,99	550,60
Rio Grande do Norte	252,95	304,59
Rio Grande do Sul	295,61	295,58
Rondônia	594,75	426,34
Roraima	643,30	692,63
Santa Catarina	320,39	315,67
São Paulo	275,85	245,69
Sergipe	380,13	362,17
Tocantins	454,64	477,21

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 (p. 70)

Verifica-se, pois, que o gasto global *per capita* de 2016, na casa dos 349 reais, exposto pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, é

bem abaixo da projeção de 613 dólares americanos, apresentado pelo BID. Vale lembrar, no entanto, que essa diferença se deve ao fato que o BID considera no cálculo outras variáveis já discutidas aqui, como custo social, custo do setor privado e custo governamental da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, há diferentes abordagens metodológicas para se medir o gasto com segurança pública. De uma maneira mais abrangente, se forem considerados todos os custos da violência (gastos do setor privado, público, custo social, perda de investimentos etc.) a fatura pode variar de 3,78% a 5,9% do PIB nacional, o que representa em termos nominais um custo que pode chegar a mais de 370 bilhões de reais anualmente.

Por outro lado, quando se avaliam apenas os gastos governamentais com segurança, verifica-se que a União e os Municípios ficam com uma parcela muito reduzida da responsabilidade. Do total de mais de 81 bilhões de reais investidos em 2016, cerca de 67 bilhões oneraram apenas os Estados da Federação. Nesse contexto, o investimento na área de segurança também é bastante variável a depender do Estado. A despesa *per capita* pode variar de 199 reais (Maranhão) até 692 reais (Roraima).

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Daniel. “Custo de Bem-estar da Violência e Criminalidade no Brasil”. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: FBSP, 2017.

JAITMAN, Laura; KEEFER, Philip. “Por que é importante estimar os custos do crime? Uma Agenda de Pesquisa para apoiar as políticas de prevenção do crime na região”. In: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe**. Washington, D.C: Laura Jaitman, 2017.

JAITMAN, Laura; TORRE, Iván. “Uma abordagem sistemática para medir os custos do crime em 17 países latino-americanos e caribenhos”. In: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe**. Washington, D.C: Laura Jaitman, 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) (2018). **General government spending (indicator). Public order and Safty**. Disponível em: <https://data.oecd.org/gga/general-government-spending.htm>. Acesso em: 2 abr.2018.

2018-991